CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A. - CNPJ 11.467.788/0001-67

Senhores Acionistas:
Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. Em 2016, a Companhia apresentou crescimento de 6% nas arrecadações com títulos de capitalização, com crescimento do lucro líquido antes dos impostos de 52%, em comparação ao exercício anterior, e atingimento da lucratividade esperada, o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. Seguiremos privilegiando o incremento nas vendas de nossos produtos junto aos parceiros estratégicos. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif Capitalização S.A..

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

A Administração

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante		**33.465**	**30.252**
Caixa e Equivalentes de Caixa		**217**	**155**
Caixa e bancos		217	155
Aplicações Financeiras	5	**18.843**	**14.034**
Créditos das Operações	6	**13.408**	**14.680**
Créditos das operações com capitalização		13.142	14.680
Outros créditos operacionais		266	–
Títulos e Créditos a Receber		**997**	**1.383**
Créditos tributários e previdenciários	7	809	724
Outros créditos		188	659
Ativo não Circulante		**34.103**	**20.332**
Realizável a Longo Prazo		**26.797**	**12.171**
Aplicações Financeiras	5	**26.797**	**12.171**
Imobilizado	8	**605**	**99**
Bens móveis		605	99
Intangível	9	**6.701**	**8.062**
Outros intangíveis		6.701	8.062
Total do Ativo		**67.568**	**50.584**

PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		**35.990**	**27.876**
Contas a Pagar		**5.254**	**4.385**
Obrigações a pagar	10	3.899	3.437
Impostos e encargos sociais a recolher		378	282
Encargos trabalhistas		597	571
Impostos e contribuições		380	95
Débitos das Operações com Capitalização		**522**	**397**
Comissões e agenciamento a pagar		522	397
Depósitos de Terceiros	11	**190**	**133**
Provisões Técnicas - Capitalização	12	**30.024**	**22.961**
Provisão matemática para resgates		19.583	15.024
Provisão para sorteio a pagar		10.441	7.937
Passivo não Circulante		**230**	**87**
Exigível a Longo Prazo		**230**	**87**
Contas a Pagar		**189**	**4**
Tributos diferidos		189	4
Outros débitos	18	**41**	**83**
Provisões judiciais		41	83
Patrimônio Líquido	13	**31.348**	**22.621**
Capital social		31.487	20.487
Aumento de capital em aprovação		–	3.000
Ajuste com títulos e valores mobiliários		228	(243)
Prejuízos acumulados		(367)	(623)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**67.568**	**50.584**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social Estrangeiro	Aumento de Capital Social em Aprovação	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	**20.487**	**–**	**–**	**–**	**(242)**	**(731)**	**19.514**
Aumento de capital em aprovação - AGE de 10/12/15	–	3.000	–	–	–	–	3.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(1)	–	(1)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	141	141
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,001 por ação)	–	–	–	–	–	(33)	(33)
Em 31 de dezembro de 2015	**20.487**	**3.000**	**–**	**–**	**(243)**	**(623)**	**22.621**
Portaria SUSEP nº 1.364 de 13/05/16	3.000	(3.000)	–	–	–	–	–
Aumento de capital em aprovação - AGE de 29/03/16	–	8.000	–	–	–	–	8.000
Portaria SUSEP nº 4, de 03/06/16	8.000	(8.000)	–	–	–	–	–
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	471	–	471
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	291	291
Absorção dos prejuízos acumulados - AGO de 31/03/16	–	–	–	–	–	34	34
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,001 por ação)	–	–	–	–	–	(69)	(69)
Em 31 de dezembro de 2016	**31.487**	**–**	**–**	**–**	**228**	**(367)**	**31.348**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1. Contexto operacional: A Cardif Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Campos Bicudo, 98 na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. e a Cardif Assurances Risques Divers, com sede na França, ambas pertencentes ao grupo BNP Paribas. Constituída conforme assembleia geral de seus acionistas, realizada em 12 de agosto de 2009, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar com planos de capitalização em todo o território nacional, através da Portaria SUSEP nº 3.351 de 18 de novembro de 2009, obteve o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil em 06 de janeiro de 2010 e iniciou suas atividades de comercialização dos produtos de capitalização em agosto de 2010. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2017.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Companhia e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários e quando realizado é apropriado ao resultado. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados títulos vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Companhia é responsável por traçar um plano de recuperação desses valores, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "Resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**: **(a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.5 Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referentes aos títulos públicos (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) e títulos privados (LF's e Debêntures) estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Companhia. **2.6 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Companhia, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Softwares amortizados conforme utilização; e • Contratos de exclusividade nas distribuições de produtos de capitalização em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. A Companhia realiza teste de "*impairment*" anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.7 Avaliação dos passivos relacionados aos títulos de capitalização: 2.7.1 Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização das modalidades incentivo e tradicional, sendo a receita reconhecida por ocasião da emissão dos títulos. **(a) Provisão Matemática de Resgate (PMR):** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização e visa garantir o valor a ser resgatado com base nas cotas de capitalização e as devidas taxas de remuneração e atualização da parcela de capitalização, como definidos previamente nas Condições Gerais e Nota Técnica Atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **(b) Provisão para Resgate (PR):** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização e visa garantir o pagamento do valor de resgate, aos titulares e cessionários, dos títulos de capitalização vencidos e antecipados e também quanto à distribuição de bônus. **(c) Provisão de Sorteio a Realizar (PSR):** É calculado sobre o valor nominal dos títulos e visa cobrir os valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados, observadas as regulamentações específicas vigentes. **(d) Provisão de Sorteios a Pagar (PSP):** É constituída a partir da data de realização do sorteio, devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes. **2.8 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios em curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Companhia patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um plano gerador de benefícios livres - PGBL, totalizando no exercício R$ 213 (R$ 150 em 31 de dezembro de 2015). O compromisso da Companhia limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.9 Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base de provisionamento os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. **2.10 Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.11 Capital social:** O capital social da Companhia está constituído por 31.487.468 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.12 Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **2.13 Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto da Companhia, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Companhia após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.14 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 20%, a partir de setembro de 2015, tendo sido a alíquota de 15% até agosto de 2015, em cumprimento à Lei nº 13.169/15. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) As receitas dos planos de capitalização são contabilizadas no mês de sua emissão, e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas; e (b) As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. **2.16 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada normativo e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma será efetiva para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2018 e depende de aprovação prévia da SUSEP. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa norma trás os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a mensuração da receita e o momento do reconhecimento. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. A norma substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e interpretações correspondentes e entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. Essa norma não se aplica ao reconhecimento de receitas financeiras, receitas decorrentes dos contratos de arrendamento e seguros. Resolução CNSP nº 343/16 que alterou as Resoluções CNSP nºs 321/15, 332/15 e 335/15 e dispõe sobre alteração na metodologia de cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), determina pontos a serem considerados sobre o capital de risco de subscrição, cálculo de risco de mercado, liquidez em relação ao Capital de Risco (CR), orienta sobre o Comitê de Auditoria das reguladas e designação de atuário e diretores técnicos responsáveis e dá outras providências. A resolução entrou em vigor em 31 de dezembro de 2016, exceto para casos em que a norma definiu em contrário e os efeitos decorrentes das alterações já estão contemplados nestas demonstrações financeiras. A Circular SUSEP nº 543/16 que dispõe sobre alterações na Circular SUSEP nº 517/15 no tocante a constituição das provisões técnicas a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais. Esta circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, com prazos de adaptação diversos a depender das alterações solicitadas, sendo as datas limites 31 de dezembro de 2017 e 2018 a depender da alteração. Circular SUSEP nº 544/16 que dispõe sobre alterações na Circular SUSEP nº 517/15 no tocante as normas contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais. Esta circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos relativamente aos procedimentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos e interpretações do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As premissas abaixo listadas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo. **Estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências cíveis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **b) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros:** A Companhia aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os títulos a receber. **c) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia, e estudo econômico futuro de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução: A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: a) Risco de subscrição; b) Risco de crédito; c) Risco de liquidez; d) Risco de mercado; e e) Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco de subscrição:** O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação. A gestão de risco de subscrição objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Companhia. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. O risco de crédito relacionado à venda de títulos de capitalização da Companhia está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos títulos de capitalização à Companhia, independentemente do seu recebimento pelo cliente. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito, divulgados por agências renomadas de *rating* (*Standard & Poors* e *Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimentos em quotas de fundos e títulos de capitalização a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2016	AAA	AA+	AA-	F1	Sem *rating*	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–	217	217
Quotas de fundos de investimentos abertos	–	–	–	–	10.538	10.538
Certificados de Depósito Bancário	–	–	–	1.031	–	1.031
Títulos de renda fixa privados	2.543	181	647	–	–	3.371
Títulos de renda fixa públicos	–	–	30.700	–	–	30.700
Créditos das operações com capitalização	–	–	–	–	13.142	13.142
Exposição máxima ao risco de crédito	**2.543**	**181**	**31.347**	**1.031**	**23.897**	**58.999**

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2015	AAA	AA+	AA-	F1	Sem *rating*	Saldo Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–	155	155
Quotas de fundos de investimentos abertos	–	–	–	–	4.139	4.139
Certificados de Depósito Bancário	–	–	–	1.444	–	1.444
Títulos de renda fixa privados	935	820	90	–	–	1.845
Títulos de renda fixa públicos	18.777	–	–	–	–	18.777
Créditos das operações com capitalização	–	–	–	–	14.680	14.680
Exposição máxima ao risco de crédito	**19.712**	**820**	**90**	**1.444**	**18.974**	**41.040**

c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização comercializados. A Administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (*Assets and Liabilities Management - ALM*):** Um dos principais aspectos no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Total
Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2016							
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos abertos	10.538	–	–	–	–	–	10.538
Certificado de Depósito Bancário	–	1.031	–	–	–	–	1.031
Ativos financeiros disponíveis para a venda							
Títulos de renda fixa privados	–	–	244	–	441	2.686	3.371
Títulos de renda fixa públicos	3.583	431	3.015	–	5.469	18.202	30.700
Créditos das operações de capitalização							
Créditos das operações com capitalização	13.142	–	–	–	–	–	13.142
Caixa e equivalentes de caixa	217	–	–	–	–	–	217
Total dos ativos financeiros	**27.480**	**1.462**	**3.259**	**–**	**5.910**	**20.888**	**58.999**
Provisões técnicas - capitalização	30.024	–	–	–	–	–	30.024
Passivos financeiros							
Obrigações a pagar	3.899	–	–	–	–	–	3.899
Impostos, contribuições e encargos sociais	758	–	–	–	–	–	758
Débitos das operações com capitalização	522	–	–	–	–	–	522
Encargos trabalhistas	597	–	–	–	–	–	597
Depósitos de terceiros	190	–	–	–	–	–	190
Total dos passivos financeiros	**35.990**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**35.990**

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Total
Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2015							
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos abertos	4.139	–	–	–	–	–	4.139
Certificado de Depósito Bancário	1.444	–	–	–	–	–	1.444
Ativos financeiros disponíveis para a venda							
Títulos de renda fixa privados	–	862	236	90	213	444	1.845
Títulos de renda fixa públicos	3.354	–	3.908	–	4.826	6.689	18.777
Créditos das operações de capitalização							
Créditos das operações com capitalização	14.680	–	–	–	–	–	14.680
Caixa e equivalentes de caixa	155	–	–	–	–	–	155
Total dos ativos financeiros	**23.772**	**862**	**4.144**	**90**	**5.039**	**7.133**	**41.040**
Provisões técnicas - capitalização	22.961	–	–	–	–	–	22.961
Passivos financeiros							
Obrigações a pagar	3.437	–	–	–	–	–	3.437
Impostos, contribuições e encargos sociais	377	–	–	–	–	–	377
Débitos das operações com capitalização	397	–	–	–	–	–	397
Encargos trabalhistas	571	–	–	–	–	–	571
Depósitos de terceiros	133	–	–	–	–	–	133
Total dos passivos financeiros	**27.876**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**27.876**

Os títulos públicos de renda fixa da Companhia estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Companhia. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados dos testes estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.
Despesas com Sorteios	O impacto de uma mudança nas despesas com sorteios de 10%.

**Sensibilidade em 31 de dezembro de

BNP PARIBAS CARDIF

A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A. - CNPJ 11.467.788/0001-67

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
Títulos para negociação (ii)	**10.538**	**1.031**	**–**	**–**	**11.569**	**25%**	**11.569**	**–**
Quotas de fundos de investimentos abertos	10.538	–	–	–	10.538		10.538	–
Certificado de Depósito Bancário	–	1.031	–	–	1.031		1.031	–
Títulos disponíveis para venda	**2.671**	**1.343**	**3.259**	**26.798**	**34.071**	**75%**	**33.656**	**416**
Títulos de renda fixa privados	–	–	244	3.127	3.371		3.363	8
Títulos de renda fixa públicos	2.671	1.343	3.015	23.671	30.700		30.292	408
Total em 31 de dezembro de 2016	**13.209**	**2.374**	**3.259**	**26.798**	**45.640**	**100%**	**45.224**	**416**
Total em 31 de dezembro de 2015	**8.937**	**863**	**4.234**	**12.171**	**26.205**	**100%**	**26.646**	**(441)**

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários. (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2016

Aplicações	Saldo em 31/12/2015	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2016
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	4.139	37.087	840	–	(31.528)	10.538
Certificado de Depósito Bancário (a)	1.444	2.000	163	–	(2.576)	1.031
Títulos de renda fixa privados (c)	1.845	2.632	252	7	(1.365)	3.371
Títulos de renda fixa públicos (b)	18.777	68.443	3.742	850	(61.112)	30.700
Total	**26.205**	**110.162**	**4.997**	**857**	**(96.581)**	**45.640**

Movimentação 31 de dezembro de 2015

Aplicações	Saldo em 31/12/2014	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2015
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	6.988	49.725	675	–	(53.249)	4.139
Certificados de Depósito Bancário (a)	–	2.950	147	–	(1.1653)	1.444
Títulos de renda fixa privados (c)	2.692	640	358	1	(1.846)	1.845
Títulos de renda fixa públicos (b)	18.350	36.939	2.131	(442)	(38.201)	18.777
Total	**28.030**	**90.254**	**3.311**	**(441)**	**(94.949)**	**26.205**

a) As quotas de fundos de investimentos abertos e o Certificado de Depósito Bancário foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço. b) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. c) Os títulos privados (LF's e Debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

6 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Refere-se aos recebimentos pendentes dos títulos de capitalização emitidos da modalidade de incentivo. Demonstramos abaixo a composição dos valores a receber considerando os respectivos vencimentos dos créditos:

	Em 31 de dezembro de 2016					
Créditos a receber das Operações de Capitalização	**De 1 a 30 dias**	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 120 dias**	**De 121 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Total**
Vincendos	10.451	–	–	–	–	10.451
Vencidos	2.014	677	–	–	–	2.691
Total	**12.465**	**677**	**–**	**–**	**–**	**13.142**

	Em 31 de dezembro de 2015					
Créditos a receber das Operações de Capitalização	**De 1 a 30 dias**	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 120 dias**	**De 121 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Total**
Vincendos	12.836	–	–	–	–	12.836
Vencidos	692	370	–	622	160	1.844
Total	**13.528**	**370**	**–**	**622**	**160**	**14.680**

Movimentação dos créditos das operações de capitalização:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	14.680	15.155
Arrecadação	100.929	85.266
Cancelamentos	(15.808)	(5.175)
Recebimentos	(86.659)	(80.566)
Saldo no final do exercício	**13.142**	**14.680**

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de lucratividade e projeções orçamentárias. Para os créditos tributários de diferenças temporárias, substancialmente oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis tempestivamente.

a) Créditos tributários e previdenciários:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Créditos tributários de diferenças temporárias	805	521
Créditos diferidos da marcação a mercado de TVM	2	203
Tributos à recuperar	2	–
Total	**809**	**724**

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários são constituídos de acordo com a expectativa de realização e baseados na geração de lucros futuros. A Administração estima realizá-los até o final do exercício corrente, exceto para os casos relacionados a ações judiciais onde a Seguradora não pode precisar de forma efetiva sua realização, de todo modo em 31 de dezembro de 2016, os valores de créditos tributários estão classificados no ativo circulante.

b) Movimentação de diferenças temporárias:

	Saldo em 31/12/2016	Movimentação	Saldo em 31/12/2015
Provisões participações nos lucros	787	302	485
Provisões cíveis	18	(18)	36
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**805**	**284**	**521**

8 IMOBILIZADO

	31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	31/12/2016	Taxas anuais de depreciação (%)
Móveis e utensílios	99	21	(4)	(11)	105	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	625	–	(125)	500	20%
Total	**99**	**646**	**(4)**	**(136)**	**605**	

9 INTANGÍVEL

O intangível representa os investimentos com o desenvolvimento interno de sistemas de computação que são amortizados em não menos que 5 anos levando em consideração a sua utilização, bem como despesas com contrato de exclusividade para venda de produtos de capitalização. Os contratos de exclusividade são amortizados levando em consideração a expectativa de geração de lucros futuros, considerando os estudos técnicos elaborados pela Administração da Companhia, projeções orçamentárias e indicadores econômicos financeiros.

	31/12/2015	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	*Impairment**	31/12/2016
Desenvolvimento de sistemas de computação	1.040	21	(669)	(117)	–	275
Contratos de Exclusividade	7.022	–	–	(473)	(124)	6.426
Total	**8.062**	**21**	**(669)**	**(589)**	**(124)**	**6.701**

* Vide nota 2.6.

10 OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	2.079	2.324
Participação nos lucros a pagar	1.751	1.079
Dividendos a pagar	69	34
Total	**3.899**	**3.437**

11 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Registra os depósitos recebidos pela Companhia e ainda não identificados. Demonstramos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:

	31 de dezembro de 2016			
	De 1 a 30 dias	**De 61 a 120 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Total**
Depósitos de terceiros	188	2	–	**190**

	31 de dezembro de 2015			
	De 1 a 30 dias	**De 61 a 120 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Total**
Depósitos de terceiros	131	–	2	**133**

12 PROVISÕES TÉCNICAS DE CAPITALIZAÇÃO

a) Composição das provisões técnicas	31/12/2016	31/12/2015
Provisão matemática de resgate	8.786	9.029
Provisão de resgate antecipado	8.233	5.937
Provisão de resgate vencido	2.564	58
Provisão de sorteio a realizar	430	70
Provisão de sorteio a pagar	10.011	7.867
Total	**30.024**	**22.961**

b) Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão Matemática de Capitalização		Provisão de Resgate Antecipado		Provisão de Resgate Vencido		Provisão de Sorteio a Realizar		Provisão de Sorteio a Pagar	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Saldo inicial	9.029	5.147	5.937	9.142	58	–	70	125	7.867	6.837
Constituição	61.793	52.909	59.245	48.969	3.100	58	22.733	18.123	18.383	18.187
Reversão	(62.036)	(49.027)	(9.501)	–	–	–	(22.373)	(18.178)	–	–
Pagamentos	–	–	(47.448)	(52.174)	(594)	–	–	–	(16.239)	(17.157)
Saldo final	**8.786**	**9.029**	**8.233**	**5.937**	**2.564**	**58**	**430**	**70**	**10.011**	**7.867**

c) Garantia das provisões técnicas de capitalização: Estão vinculados para cobertura das provisões técnicas os seguintes ativos:

	31/12/2016	31/12/2015
Quotas de fundos de investimentos abertos	10.538	4.139
Certificado de Depósito Bancário	1.031	1.444
Títulos de renda fixa privados (LF's e Debêntures)	3.371	1.845
Títulos de renda fixa públicos (LFT's, LTN's e NTN's)	30.700	18.777
Total dos ativos garantidores (a)	**45.640**	**26.205**
Total das provisões técnicas (b)	**30.024**	**22.961**
Suficiência de cobertura (a-b)	**15.616**	**3.244**

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia é de R$ 31.487, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 31.487.468 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2016, os acionistas deliberaram, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R$ 8.000 que corresponde a 8.000.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, que foram subscritas pelos acionistas em março de 2016. Este aumento de capital foi aprovado pela SUSEP por meio da Portaria SUSEP nº 4, de 03 de junho de 2016. **b) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2016, foi definido que a totalidade do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 seria absorvido pelos prejuízos acumulados. Desta forma, os dividendos mínimos provisionados de R$ 34 foram revertidos para esta linha no patrimônio líquido.

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução CNSP nº 343/16, o CMR equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado) e a liquidez em relação ao CR a situação caracterizada quando a sociedade apresentar suficiência de cobertura das provisões técnicas superior a 20% (vinte por cento) do Capital de Risco. A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2016 (1)	31/12/2015 (2)
Patrimônio líquido	31.348	22.621
(+/–) Ajustes contábeis	(5.081)	(8.062)
(+/–) Ajustes econômicos	–	–
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**26.267**	**14.559**
Capital Mínimo Requerido	**31/12/2016**	**31/12/2015**
a) Capital base	**10.800**	**10.800**
b) Capital de risco	**4.451**	**3.340**
(+) Capital de risco de subscrição	697	508
(+) Capital de risco de crédito	3.026	2.480
(+) Capital de risco operacional	724	571
(+)Capital de risco de mercado	802	–
(–) Benefício da correlação entre os capitais	(798)	(219)
Capital Mínimo Requerido (o maior entre a e b)	**10.800**	**10.800**
Liquidez em Relação ao Capital de Risco (CR)	**31/12/2016**	**31/12/2015**
(+) Suficiência de cobertura em relação as provisões técnicas (Nota 12c)	15.616	3.244
(–) 20% do Capital de risco	(890)	(668)
Liquidez apurada	**14.726**	**2.576**

(1) PLA apurado conforme Resolução CNSP nº 343/16. (2) PLA apurado conforme Resolução CNSP nº 321/15.

15 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

a) Despesas administrativas:	2016	2015
Pessoal próprio	(7.894)	(6.065)
Serviços de terceiros	(1.731)	(733)
Localização e funcionamento	(3.353)	(4.222)
Publicidade e propaganda	(63)	(43)
Publicações	(95)	(73)
Donativos e contribuições	(7)	–
Outras despesas	(113)	(204)
Total	**(13.256)**	**(11.340)**

b) Despesas com tributos:	2016	2015
Impostos municipais	(7)	(33)
Impostos federais	(7)	(25)
PIS	(114)	(92)
COFINS	(702)	(567)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(58)	(58)
Outros tributos e contribuições	(36)	–
Total	**(924)**	**(775)**

c) Resultado financeiro:	2016	2015
Receitas financeiras	**5.109**	**3.354**
Quotas de fundos de investimentos abertos	840	675
Certificados de Depósito Bancário	163	147
Títulos de renda fixa privados	254	358
Títulos de renda fixa públicos	3.823	2.131
Outras receitas	29	43
Despesas financeiras	**(990)**	**(491)**
Títulos de renda fixa privados	(2)	–
Títulos de renda fixa públicos	(81)	–
Juros e atualização monetária sobre operações de capitalização	(907)	(491)
Total	**4.119**	**2.863**

16 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de Renda 2016	Imposto de Renda 2015	Contribuição Social 2016	Contribuição Social 2015 *
Resultado antes do imposto de renda (após as participações aos empregados)	536	303	536	303
Adições				
Ajustes permanentes	474	258	471	258
Ajustes temporários	1.751	1.114	1.751	1.141
Exclusões				
Ajustes permanentes	(351)	–	(351)	–
Ajustes temporários	(1.120)	(1.019)	(1.120)	(1.045)
Base de cálculo	**1.290**	**656**	**1.287**	**657**
Alíquotas (20%)	(194)	(99)	(257)	(138)
Dedução PAT (4%)	8	4	–	–
Licença maternidade	19	17	–	–
Adicional 10% IR (acima de R$ 240)	(105)	(42)	–	–
Imposto corrente do exercício	**(272)**	**(120)**	**(257)**	**(138)**
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias (líquidas)	158	24	126	72
Despesa de IR e CS no resultado	**(114)**	**(96)**	**(131)**	**66**

* A contribuição social foi constituída à alíquota de 15% entre janeiro e agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, em cumprimento com a Lei nº 13.169/15 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.591/15.

17 PARTES RELACIONADAS

a) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	3.403	2.695
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	3.366	4.239
Luizaseg Seguros S.A. (i)	596	1.332
Total	**7.365**	**8.266**
	31/12/2016	**31/12/2015**
Passivo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	3.573	2.209
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (ii)	40	50
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	4.000	2.543
Luizaseg Seguros S.A. (i)	662	799
Cardif Ltda. (iii)	56	739
Total	**8.331**	**6.340**
	2016	**2015**
Receita		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	27.927	17.613
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	36.196	22.290
Luizaseg Seguros S.A. (i)	7.612	8.705
Total	**71.735**	**48.608**
Despesa		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	(20.070)	(10.915)
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	(26.576)	(13.525)
Luizaseg Seguros S.A. (i)	(4.728)	(5.553)
Cardif Ltda. (iii)	(722)	(1.573)
Total	**(52.096)**	**(31.566)**

(i) As transações com partes relacionadas compreendem a venda de títulos de capitalização da modalidade incentivo, utilizados para fomentar a vendas dos produtos de seguros. (ii) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais. **(iii)** As transações com a Cardif Ltda, referem-se aos valores de manutenção do Policy International Management System - PIMS. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2016, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo no montante de R$ 3.994 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 4.072 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

18 PROVISÕES CÍVEIS

As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

a) Evolução das provisões judiciais

	Provisões Cíveis 2016	Provisões Cíveis 2015
1) Saldo do início do exercício	**83**	**48**
2) Total pago no exercício	(1)	–
3) Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	2	–
4) Quantidade de ações pagas no exercício	1	–
5) Novas constituições no exercício (7+8+9+10)	**23**	**45**
6) Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	19	29
7) Novas constituições referentes a citações do exercício base	23	45
8) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2015	–	–
9) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	–	–
10) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013 e anteriores	–	–
11) Baixa da provisão por êxito	(73)	(17)
12) Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(1)	(5)
13) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	10	12
14) Saldo final do exercício (1+2+5+11+12+13)	**41**	**83**

b) Probabilidade de perda das provisões judiciais:

Em 31 de dezembro de 2016

Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Ações cíveis Valor Provisionado**
Possível	17	387	36
Remota	8	130	5
Total	**25**	**517**	**41**

Em 31 de dezembro de 2015

Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Ações cíveis Valor Provisionado**
Possível	28	468	83
Total	**28**	**468**	**83**

19 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Participação nos lucros: A Companhia possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar", no valor de R$ 1.751 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 1.079 em 31 de dezembro de 2015). **b) Derivativos:** Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **c) Comitê de Auditoria:** Em cumprimento a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, essas demonstrações financeiras foram apresentadas ao Comitê de Auditoria em reunião em 23 de fevereiro de 2017. Tendo sido aprovadas sem ressalvas.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Adriano Carlos Romano

Diretor Técnico Financeiro
Emmanuel Pelege

Ricardo Gonçalves Victor
MIBA 2568

CONTADOR

Marcelo Lopes Prates
CRC 1SP 241793/O-6

O comitê de auditoria da Cardif Capitalização S.A é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26/12/2016. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2016, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo Cardif, além dos representantes da administração da companhia.

No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo Cardif, bem como do sistema de controles internos da companhia.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da companhia referentes a 31 de dezembro de 2016, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

Membros:

José Carlos Ferreira
Jean Francois Bourdeaux
María Ferrero Valderrey

Aos Administradores e Acionistas

Cardif Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Aos Acionistas e Administradores da

Cardif Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Cardif Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$26.267 mil (em 31 de dezembro de 2016), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Cardif Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$26.267 mil (em 31 de dezembro de 2016), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Cardif Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R$26.267 mil (em 31 de dezembro de 2016), acima referidos da Cardif Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo 23 de fevereiro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

Deloitte.